



CÍRCULOS DE CULTURA: CRÍTICAS E SILENCIAMENTOS

Mariana Parise Brandalise Dalsotto [*]

O presente artigo se origina de uma pesquisa de doutorado já finalizada que teve a intenção de abordar a mobilização para a realização dos círculos de cultura (que fizeram parte de um movimento de alfabetização e educação popular fundamentado e proposto por Paulo Freire) no Rio Grande do Sul, com delimitação temporal voltada ao início dos anos 1960. As fontes da tese foram especialmente reportagens de jornais e entrevistas narrativas. Ao retomar tais fontes, a análise teve como foco suas menções às críticas produzidas para aquela prática educacional e aos silenciamentos decorrentes do Golpe Civil-militar (ocorrido em 1964) que conteve, ao menos, publicamente, as atividades que estavam ocorrendo. As reportagens de diferentes momentos (todas em período de final dos anos 1950 e início de 1960), bem como as entrevistas, apresentam alguns destaques para a temática proposta pelo dossiê, convocando a escrita de perspectivas relacionadas à opressão de uma atividade educacional que estava sendo organizada com a intenção de contribuir com processos de libertação e (re)democratização do povo brasileiro. A escrita se deu a partir dos pressupostos da História da Educação e História Cultural para a construção do percurso teórico-metodológico da pesquisa, utilizando a análise documental e a História Oral para fundamentar o estudo.

Palavras-chave: Círculos de cultura. Golpe Civil-militar. Silenciamento.

CULTURE CIRCLES: CRITIQUES AND SILENCES

ABSTRACT

This article originates from a completed doctoral research that had the intention of addressing the mobilization for the realization of culture circles (which were part of a literacy and popular education movement founded and proposed by Paulo Freire) in Rio Grande do Sul, with temporal delimitation back to the early 1960s. The thesis sources were mainly newspaper reports and narrative interviews. When returning to these sources, the analysis focused on their mentions of the criticisms produced for that educational practice and the silencing resulting from the Civil-Military Coup (that occurred in 1964) that contained, at least publicly, the activities that were taking place. The reports from different moments (all from the late 1950s and early 1960s), as well as the interviews, present some highlights for the theme proposed by the dossier, calling for the writing of perspectives related to the oppression of an educational activity that was being organized with the intention of contributing to processes of liberation and (re)democratization of the Brazilian people. The writing was based on the assumptions of the History of

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



Education and Cultural History for the construction of the theoretical-methodological path of the research, using documentary analysis and Oral History to support the study.

Keywords: Culture Circles. Civil-military coup. Silences.

CÍRCULOS CULTURALES: CRÍTICAS Y SILENCIO

RESUMEN

Este artículo surge de una investigación doctoral terminada que tuvo la intención de abordar la movilización para la realización de círculos culturales (que formaron parte de un movimiento de alfabetización y educación popular fundado y propuesto por Paulo Freire) en Rio Grande do Sul, con carácter histórico. La delimitación temporal se remonta a principios de la década de 1960. Las fuentes de la tesis fueron principalmente informes periodísticos y entrevistas narrativas. Al regresar a estas fuentes, el análisis se centró en sus menciones a las críticas producidas a esa práctica educativa y al silenciamiento resultante del Golpe Cívico-Militar (que ocurrió en 1964) que contuvo, al menos públicamente, las actividades que se desarrollaban. Los reportajes de diferentes momentos (todos de finales de los años 1950 y principios de los 1960), así como las entrevistas, presentan algunos puntos destacados de la temática propuesta por el dossier, llamando a escribir perspectivas relacionadas con la opresión de una actividad educativa que estaba siendo organizado con la intención de contribuir a los procesos de liberación y (re)democratización del pueblo brasileño. La redacción se basó en los supuestos de la Historia de la Educación y la Historia Cultural para la construcción del recorrido teórico-metodológico de la investigación, utilizando el análisis documental y la Historia Oral para sustentar el estudio.

Palabras clave: Círculos culturales. Golpe cívico-militar. Silencio.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história é uma problematização feita hoje com base na investigação do passado, o qual não pode ser acessado em sua totalidade. Realizadas de forma cuidadosa e comprometida, a busca por fontes e sua análise permitem a construção de uma narrativa histórica coerente. Tal como Nóvoa (2015, p. 25) explica,

A história não é uma simples reconstrução do passado, dos acontecimentos e dos factos que tiveram lugar numa determinada época. A história é sempre um esforço de problematização, uma obra de arte, de criação, feita hoje com base num exame rigoroso do passado. (Nóvoa, 2015, p. 25).

Também compreendi que não fiz um relato da “verdade” ou uma história “completa”
Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



dos círculos de cultura – que não têm, inclusive, uma história única. A proposta foi avançar em relação ao que já foi publicado em relação aos círculos de cultura no Rio Grande do Sul e fazer uma escrita nova, construindo novas relações e buscando novas fontes. Partindo do pensamento de Ginzburg (1989; 1987), a proposta deste texto foi explorar os sinais e indícios que, através de sua análise, permitiram tecer explicações e narrativas sobre o que aconteceu, ainda que sem atingir a sua totalidade.

Sendo assim, a escrita se deu a partir de alguns dos indícios enunciados em uma tese de doutoradoⁱ que objetivou analisar o contexto histórico e a constituição dos círculos de cultura no Rio Grande do Sul, mediados pela presença de Paulo Freire (e a partir dela) entre os anos de 1963 e 1964. Os círculos de cultura foram utilizados em diferentes práticas educativas e culturais, tendo o processo de conscientização como objetivo. No que se refere à ênfase da tese que gerou este artigo, os círculos de cultura foram observados em seu objetivo de alfabetizar conscientizando. A partir desse objetivo e contexto, observou-se também algumas críticas, interrupções e silenciamentos que tal prática educacional sofreu, especialmente quando do início do regime civil-militarⁱⁱ (1964 - 1985). Além disso, foi possível pensar em possibilidades de continuidade do movimento de alfabetizaçãoⁱⁱⁱ, mesmo após o regime civil-militar. As críticas, interrupções e silenciamentos dos círculos de cultura foram tema de escrita deste artigo, introduzindo o pensamento que passou a ser difundido com maior ênfase quando tal regime iniciou (ainda que já estivessem sendo expostas anteriormente).

A análise foi feita tendo a História Cultural como referencial para a pesquisa da História da Educação, pois ela abre portas para ressignificar novos temas, fontes e interpretações. Segundo Pesavento (2014, p. 15) a História Cultural “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.” Assim, houve a possibilidade de uma nova forma para a história trabalhar com a cultura, pois “[...] se interessa pelas operações de apreensão da realidade social, priorizando os sentidos assumidos por essa realidade, em função dos pontos de vista de seus sujeitos históricos, ou seja, das percepções cognitivas e afetivas desses sujeitos.” (Gomes; Hansen, 2016, p. 12).

Com isso, a pesquisa sobre uma prática que ocorreu fora de ambientes de educação formal pôde ganhar atenção. Mais que isso, o recorte que aqui é feito pôde ser apresentado por



estar em consonância com essa possibilidade de olhar os sentidos de tal prática educacional, assumidos pela realidade contextual em que foi realizada, bem como, alguns dos significados partilhados por pessoas que dela falaram e nela viveram. A partir disso, apresento algumas das críticas proferidas aos círculos de cultura, que foram razão dos silenciamentos produzidos quando do regime civil-militar.

Tendo esses referenciais para a análise, as fontes encontradas foram jornais da época (Jornal do Dia e Correio do Povo), que proferiram algumas das opiniões apresentadas na sociedade naquele momento, e entrevistas narrativas. Sobre estas últimas, é preciso inferir que algumas foram encontradas a partir da busca por fontes documentais, ou seja, foram realizadas por outros pesquisadores (como Andreola, 1995) e tomadas para realização de análise; e outra foi realizada com a metodologia da História Oral, no período de escrita da tese. A análise das fontes é limitada às apropriações das pessoas que as produziram, sejam as notícias em jornais, sejam as narrativas orais; assim como da minha apropriação, enquanto pesquisadora que as lê e as analisa.

Para a análise de documentos escritos, observei, baseando-me em Le Goff (1996) e Chartier (2002), que nenhuma produção textual é reflexo da realidade, mas sim uma construção permeada pelas percepções de seus produtores e de seus leitores, uma representação. Assim, ao tomar o documento como produção humana e social repleta dos significados impressos por seu autor, é necessário pensar sobre sua produção, questionando, por exemplo: qual sua intenção, quem é o autor, qual seu contexto, praticando a “crítica das fontes” (Burke, 2008).

O mesmo ocorre com a produção de entrevista narrativa com a metodologia da História Oral. É preciso ressaltar que, conforme Ferreira e Amado (2005, p. xiv), a História Oral pode “esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma [...]. São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas;”. Mas, ao mesmo tempo, a memória também não é completa, “Não é possível tudo lembrar, pois a Memória é seletiva [...]” (Pesavento, 2014, p. 95). A análise da entrevista selecionada na tese para este texto, então, levou em conta as lembranças e esquecimentos da entrevistada, decorrentes do tempo que passou. Também tem as influências do momento da entrevista, que leva em conta as



relações da entrevistada com o seu contexto espaço-temporal contemporâneo e, ainda, a interação momentânea com a pesquisadora.

A importância da História Oral nesta pesquisa remeteu-se a seu uso nas pesquisas de Grazziotin e Almeida (2012, p. 27) quando elas relatam que “Por meio dos fragmentos dessas memórias, com a ideia de buscar um impulso para a compreensão dos feitos do passado, construíram-se histórias que partiram de memórias orais e, ao longo das pesquisas, se entrecruzaram com outros documentos.” Assim, neste cruzamento entre os documentos escritos e os produzidos por meio da História Oral, foi possível realizar a escrita deste texto.

CRÍTICAS E SILENCIAMENTOS DOS CÍRCULOS DE CULTURA

“Doutrinação comunista no nordeste do país transformava os homens do campo em feras.” (Correio do povo, 15/04/1964, p. 1).

A reportagem de 15 de abril de 1964, localizada na capa do jornal Correio do Povo, dá início à escrita desta seção, tendo em vista que expressa uma forte crítica proferida aos círculos de cultura quando do regime civil-militar. Lembro que este texto teve como um primeiro objetivo apresentar algumas das críticas proferidas ao movimento de alfabetização proposto por Paulo Freire, que foram expressas e veiculadas no Rio Grande do Sul e observadas durante a pesquisa das fontes – especialmente nos periódicos, ainda que, utilize alguns referenciais teóricos que tratam acerca das críticas. Um segundo objetivo foi tecer reflexões acerca de possibilidades de interrupções e continuidades dos círculos de cultura, já indicando que, a partir do que as fontes expressam, pude entender que houve um silenciamento, no sentido de que não mais se anunciavam as ações, mas elas ainda eram realizadas (ainda que de forma mais tímida e clandestina, ou apenas tomando os referenciais teórico-metodológicos dos círculos de cultura como direcionamento de novas ações).

A matéria do Correio do Povo foi escolhida por chamar a atenção a partir das palavras utilizadas, tendo em vista que estas foram repetidas em diferentes reportagens para expressar algumas opiniões sobre Paulo Freire e seu pensamento. Mas antes de aprofundar o conteúdo da reportagem citada na epígrafe, cuja data indica uma escrita já no período do regime civil-militar,



penso ser importante explicar que críticas ao movimento de alfabetização foram tecidas desde o início da mobilização por sua realização. Como dizem Fernandes e Terra (1994, p. 206),

A suspeita de subversão política que recaiu sobre a campanha de alfabetização, tanto no Rio Grande do Norte, como no resto do Brasil, já vinha sendo discutida, mas, no início de 1964, ela repercutiu nos jornais e na televisão, com os golpistas de dedo em riste, apontando os subversivos de Angicos.

Assim, opiniões contrárias aos círculos de cultura foram emitidas mesmo em meio ao entusiasmo em favor deles. As críticas expressas nos periódicos fundamentavam-se na aplicação errônea do “Método” e foram também vinculadas a ideologias político-partidárias. Muitas vezes, ambos os aspectos apareciam juntos. Beisiegel (1982) explica que críticas em relação ao movimento de alfabetização começaram a ser feitas e, em sua maioria, tinham ideologias políticas como pano de fundo, apesar de também dirigidas a aspectos técnicos e pedagógicos.

O autor (Beisiegel, 1982), assim como Paiva (2000), expressa algumas críticas no sentido da combinação de componentes diretivos e não diretivos na proposta para a alfabetização. Ambos explicam que a condução das discussões era feita em várias experiências com temas semelhantes, mesmo que as palavras geradoras fossem variadas e escolhidas pelos participantes. Beisiegel (1982, p. 187), porém, complementa que Paulo Freire “[...] insistia em afirmar que a condução inegavelmente envolvida nesta educação ‘conscientizadora’ não poderia confundir-se com qualquer forma de imposição de ideias, valores e atitudes.” O autor vai além ao explicar que, no pensamento de Paulo Freire, perpassavam ideais não domesticadores e, ao mesmo tempo, ideais comprometidos com a democratização.

Em outras palavras, uma educação que, não impondo, ao mesmo tempo formasse indivíduos participantes na própria humanização, na democratização da sociedade e no desenvolvimento da nação – uma participação que, por sua vez, envolvia a adesão dos educandos a ideias e a valores. (BEISIEGEL, 1982, p. 189).

Ainda segundo Beisiegel (1982), com a expansão nacional e a organização de uma campanha de alfabetização em massa, não era possível viabilizar uma formação de alto nível a **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.**



todos os coordenadores de debates dos círculos de cultura que, muitas vezes, empregavam suas próprias ideias aos debates fomentados.

A verdade é que, em muito pouco tempo, o método de alfabetização de Paulo Freire acabou sendo acolhido por movimentos bastante diversos entre si como uma resposta simples, adequada e consistente para as respectivas procuras de um instrumento eficaz de atuação e, nessa condição, acabou também por catalisar reações dirigidas contra projetos políticos muito diferentes. (BEISIEGEL, 1982, p. 252).

Neste processo que se ampliava nacionalmente, apareceram coordenadores de debates com diferentes vertentes de pensamento^{iv}. A partir disso apareceram as ideias radicais dos que tomavam os círculos de cultura como ameaça à realidade brasileira. Em alguns casos, nas práticas dos círculos de cultura, aspectos como uma “inspiração para inquietação” passaram a ser mais explícitos do que a alfabetização em si (BEISIEGEL, 1982). Essa “inquietação” seria causada pela ênfase no pensamento crítico, nas possibilidades de mudança da participação popular, no aumento do eleitorado, no incentivo para a organização política. Estes estavam entre objetivos dos círculos de cultura, mas, dependendo do modo com o qual eram incitados, poderiam ter diferentes significados, buscando meios distintos para a transformação social - que era tomada como necessária e importante por muitas pessoas, ainda que a partir de intenções diversas.

Em meio ao movimento daqueles^v que se preocupavam com a transformação social, buscando melhorias nas condições de vida das pessoas em geral, interesses puramente político-partidários passaram a permear a realização dos círculos de cultura, buscando dar a eles um outro sentido. A aproximação com o governo federal é um exemplo. O governo tinha, entre os objetivos da realização dos círculos de cultura, o desenvolvimento do país, mas também visava a angariar votos. E, conforme Haddad (2019, p. 15), “Em um país que historicamente proibia o voto aos iletrados, o Programa Nacional de Alfabetização representava uma ameaça aos redutos políticos cativos nas eleições seguintes.”. A partir desta ideia de uma maior participação popular na política brasileira, houve aqueles que diziam que os círculos de cultura eram uma proposta comunista, marxista, bolchevique, etc. Sobre estas questões, abordando respostas de Freire em inquéritos policiais nos quais foi interrogado, Haddad (2019, p. 22) ainda expressa que

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



Ibiapina Lima então questionou Paulo sobre seu suposto envolvimento com o comunismo ou com regimes totalitários, comparando seu método àqueles utilizados por Hitler, Mussolini, Stalin e Perón. Quis saber também sua opinião a respeito de Cuba, da União Soviética e da China. E o que pensava sobre Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Francisco Julião e Gregório Bezerra. Em uma guerra entre o Brasil e um país comunista ou socialista, de que lado Paulo estaria? Paulo se defendeu de todas as perguntas. Constrangido pelas circunstâncias, repudiou o comunismo, expressou-se como apoiador das reformas do marechal Castello Branco, mostrou-se satisfeito com sua liderança, negou vontade de deixar o país e, por fim, colocou-se na condição de cristão que valorizava o ser humano e se orientava pela doutrina da fé.

Essas críticas, vinculações com regimes totalitários e expressões de que o Programa Nacional de Alfabetização teria o objetivo de incutir ideias agitadoras foram também expressas nos jornais gaúchos (como os citados neste texto: *Correio do Povo* e *Jornal do Dia*). O *Jornal do Dia*, em reportagem de 26 de novembro de 1963, fez uma crítica aos círculos de cultura ao indicar, sem maiores explicações, que “[...] a UMESPA se dispõe a incentivar ainda mais a Campanha de alfabetização, para o que empregarão o método Paulo Freire, sem a ‘fanatização’, que leva o nome de politização”. (*Jornal do dia*, 26/11/1963, p. 6). Ou seja, já havia a opinião de que o aspecto de conscientização, de politização (como foi comumente chamado nos periódicos), seria, na verdade, um processo de ‘fanatização’.

O *Correio do Povo*, na reportagem “Método ‘Paulo Freire’ visa bolchevizar Brasil”, de 27 de dezembro de 1963, faz uma relação entre o processo de conscientização realizado durante os círculos de cultura e o bolchevismo, que pregava a realização de uma ação revolucionária para a instituição de poder da classe trabalhadora (que deveria controlar o governo). O objetivo do processo de conscientização, quando vinculado ao bolchevismo, estava destinado a promover somente os interesses – embora considerados universais – dessa classe. Porém, o movimento de alfabetização proposto por Freire não possuía o aspecto de agitação e nem de promoção do interesse político *somente* da classe trabalhadora, mas sim de uma transformação social de modo amplo. A educação estaria ligada à uma transformação na qual tanto oprimidos quanto opressores – nas palavras utilizadas posteriormente por Freire (2005) – pudessem reconstruir suas relações, posições e espaços sociais.

Novamente é possível perceber diferentes sentidos e lutas de representação dos círculos

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



de cultura. Sobre estas lutas de representação, Chartier (1991, p. 183) explica que, ao analisá-las, a História Cultural “[...] centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.” Sendo assim, por meio desta e de outras reportagens analisadas ao longo do texto, foi possível perceber lutas de diferentes representações construídas a partir das identidades dos diferentes grupos que as elaboraram. Os círculos de cultura foram representados, de um lado, como importante espaço de alfabetização, conscientização e luta social – o que traria, por consequência, a possibilidade de superação das desigualdades marcantes do país – e de outro lado, como lavagem cerebral, ameaça à ordem social, formação comunista, bolchevização, etc., como apresentado a seguir.

O *Correio do Povo* expressou que uma comissão de mestres paulistas avaliou o movimento de alfabetização e concluiu que ele nada oferecia de novo. O relatório da referida comissão teria expressado que “A Cartilha Paulo Freire revela, claramente, outro objetivo imediato: a bolchevização do país pelas palavras que emprega, pelas ideias pregadas e pela preocupação constante com as questões sociais [...]. Pretendem os comunistas conquistar o poder fácil e legalmente pelo meio do voto popular.” (*Correio do povo*, 27/12/1963, p. 12). Mais uma vez a proposta de alfabetização de Paulo Freire foi tomada como uma “ameaça” política.

Um texto do colaborador Gustavo Corção, escrito para o *Correio do Povo*, também expressou críticas aos círculos de cultura. O texto iniciou debatendo sobre fenômenos criados para explorar as pessoas e toma os analfabetos como uma “mina de exploráveis” (*Correio do povo*, 16/01/1964, p. 4). O autor expressa que o “Método Paulo Freire” era empregado por alguns apenas com a intenção de agradar o governo e por outros com a intenção de realizar grandes mudanças sociais, pensando as reformas de base como “mágica” para o Brasil, “Ou então selecionam-se as duas espécies de gente, e é com essa combinação, bobinhos e espertalhões, que se pretende erguer o nível do homem brasileiro!!!” (*Correio do povo*, 16/01/1964, p. 4). As críticas de tal colaborador foram dirigidas à realização dos círculos de cultura apenas por desejo do governo, ou pela intenção de realização das reformas de base, tomadas (ao que pareceu) como algo que não resultaria nas mudanças necessárias à realidade



brasileira.

O *Jornal do Dia* de 19 de janeiro de 1964 fez críticas sobre a aplicação errônea do método, voltada, novamente, a intenções político-ideológicas. A nota, colocada na capa do jornal e sem título (somente com o nome da seção: “Bom dia”), continha um comentário de Sandra Cavalcanti, então Secretária de Serviços Sociais da Guanabara. Transcrito aqui, quase integralmente, o comentário dizia que o “Método Paulo Freire”

[...] em si, não é ruim. O ruim é a má fé que está sendo revelada pelos instrutores. ‘No caso da palavra democracia – disse – preparam-se professores que vão empregar o método desvirtuando o seu sentido. Assim, ao invés de se ensinar que democracia é o governo em que a vontade do povo se expressa livremente, afirma-se que democracia é a interpretação dos chefes. Nesse caso Fidel Castro é um líder democrático e a Rússia é uma democracia’. Na Câmara Federal disse o deputado Abel Rafael: ‘Não se pode admitir que se alfabetize um adulto e se faça dele um comunista’. Não se pode condenar o método Paulo Freire. Mas há muito que condenar-se na política educacional que se vem seguindo no País. (Jornal do dia, 19/01/1964, p. 1).

Observei, novamente, a relação entre comunismo/socialismo e os círculos de cultura que foi expressa na fala da secretária ao apontar que as pessoas se utilizavam do movimento de alfabetização de má fé para incutir ideais político-ideológicos. Como essa relação foi apontada reiteradas vezes em diferentes jornais, foi possível notar que essa ideia estava emergindo cada vez mais entre as pessoas que, em grande parte, as viam como ameaças.

O que estava acontecendo naquele período (final dos anos 1950 e início de 1960), através dos últimos governos, especialmente o de Jango, era que as classes populares, trabalhadoras e empobrecidas vinham obtendo maiores espaços de fala, através de algumas medidas governamentais, das reivindicações populares e dos movimentos sociais. Com isso, tais classes buscavam que seus direitos fossem considerados, suas condições de vida melhoradas e, para isso, que tivessem maior participação nas decisões que geriam a sociedade. Porém, para isso acontecer, os privilégios de alguns seriam retirados, ou diminuídos e isso fez com que a elite, os donos de empresas (empregadores), aqueles que tinham a riqueza do país em suas mãos se mostrassem contrários ao acesso das classes ‘subalternas’ ao saber, que poderia lhes conferir diferentes formas de poder (iniciando pelo voto, mas especialmente pela



conscientização e, posteriormente, tudo o que ela poderia oferecer, todas as lutas que a partir dela se poderia buscar). Freire (2013, p. 38) indicou que “Sabia que numa sociedade tradicionalmente antidemocrática o que eu estava propondo, profundamente democrático, poderia vir a ser problemático.”

Tempos depois, já em 15 de abril de 1964, o *Correio do Povo* publicou, em sua capa, a reportagem que deu início a esta seção, com o título: “Doutrinação comunista no nordeste do país transformava homens do campo em feras”. Esta citava que em Recife, um delegado do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) comentou sobre a ameaça “comunoesquerdista” que tinha vários focos no Nordeste e que as pessoas que apoiavam Miguel Arraes passaram a perceber “o lôgro em que haviam caído [...]” (Correio do povo, 15/04/1964, p. 1). O novo governador de Pernambuco iniciaria uma campanha de reeducação do “homem do campo” para mostrar a falsidade nos argumentos comunistas, pois eles haviam sido doutrinados. Vale ressaltar que, segundo Haddad (2019), o Programa Nacional de Alfabetização foi extinto em 14 de abril, sendo assim, o jornal pode ter levado essa informação em consideração para a escrita da reportagem, mesmo sem mencioná-la.

Uma curiosidade é que a mesma edição publicou uma pequena nota, intitulada “Alfabetização de adultos”, cuja transcrição integral é: “A Escola de Brasília está avisando aos interessados que as matrículas para o Curso de Alfabetização de Adultos já se encontram abertas, em sua sede, à Av. Alberto Bins, 393.” (Correio do povo, 15/04/1964, p. 6). Tal informação se encontra em meio a várias outras notas sobre a educação, na seção Casas de ensino, mas com temáticas diferentes. Deste modo, não há como ter certeza se este curso ainda estaria relacionado aos círculos de cultura ou a algum outro movimento de alfabetização que estava sendo realizado paralelamente, tendo em vista a divulgação da informação ter sido quando já instalado o regime civil-militar.

Pensando nas críticas veiculadas na imprensa, Haddad (2019) explica que Paulo Freire foi interrogado sobre sua atuação na Universidade do Recife e convidado a escrever sua defesa respondendo a 18 perguntas.

Em relação às críticas da imprensa recifense sobre suas atividades, tachadas de subversivas ou propagadoras de ideias contrárias ao regime democrático,

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



respondeu que não só tinha conhecimento do que se dizia na cidade “mas também em todo o Brasil e que a leitura dessas críticas lhe servira para fazer um verdadeiro curso de como se pode, por ignorância, má-fé, ou outras coisas quaisquer, distorcer o pensamento dos homens”. (HADDAD, 2019, p. 19).

Assim, Freire expressou sua opinião sobre o que vinha lendo a seu próprio respeito, indicando que seu pensamento estava sendo distorcido, descaracterizado, o que continuou aparecendo na imprensa, como reflexo de ações e discursos que vinham sendo realizados. Uma dessas ações foi o cancelamento de convênios que estavam sendo iniciados com o MEC. O *Correio do Povo*, no dia 23 de maio de 1964, fez a chamada “Titular do MEC rescinde convênios da administração anterior”, e indicou que os convênios que haviam sido realizados apresentavam deficiências nas instruções e, por isso, seriam ilegais. Os que já haviam iniciado ou finalizado deveriam prestar contas das atividades realizadas, em um prazo de 30 dias, para avaliação de continuação e possibilidades futuras de realização de convênios com o MEC. A reportagem não cita especificamente os círculos de cultura, mas sendo estes parte de convênios que várias prefeituras estavam realizando, concluí que também seriam afetados.

Beisiegel (1982, p. 253) complementou a informação ao indicar que as iniciativas do Programa Nacional de Alfabetização, em função de seu “caráter subversivo”, foram canceladas com o regime civil-militar, cujas primeiras medidas, no que diz respeito à educação, foram “[...] eliminar tudo o que o governo anterior viera fazendo no campo da educação de adultos.” Fernandes e Terra (1994, p. 207) também explicaram que

O método Paulo Freire de alfabetização de adultos foi impiedosamente perseguido nos anos subsequentes ao golpe militar, apesar de ter sido um projeto pioneiro, em grande escala, financiado por dinheiro de origem norte-americana, no caso do Rio Grande do Norte, com o objetivo de promover o desenvolvimento através de processos democráticos.

Muitos dos envolvidos sofreram os efeitos do regime civil-militar. Algumas pessoas saíram do país em busca de exílio político, antes ou depois de terem sido “entrevistadas” e, muitas vezes, presas, torturadas, ou tendo passado por outros tipos de consequências. A entrevista realizada pela pesquisadora, em 2018, revelou sobre uma ação que pode ter auxiliado algumas das pessoas envolvidas com as ações realizadas via Secretaria de Educação e Cultura



(SEC), no Estado. A Entrevistada (2018) explicou que o material referente à realização dos círculos de cultura (e outras ações da Divisão de Cultura) que estava na SEC, foi de lá retirado antes que fosse apreendido pelos militares. Tal ação teria sido realizada por Joaquim Paulo de Almeida Amorim, que assumiu a Divisão de Cultura, logo após a saída de Lucia Castillo. A Entrevistada (2018) declarou que este gesto acabou “salvando” pessoas envolvidas com mobilizações populares que, no regime civil-militar, foram tomadas como ações de subversão da “ordem”.

Tomando esse aspecto da indicação do movimento de alfabetização de Paulo Freire como subversivo, a Entrevistada, comentou sobre uma ligação telefônica realizada pelo prefeito de Santa Rosa, cidade que iria receber a Entrevistada e outras pessoas que lá desenvolveriam os círculos de cultura, logo após o regime civil-militar ser instaurado:

Agora é uma coisa interessante: essa história do prefeito [de Santa Rosa] já depois... uma semana depois ele ligou lá pra Secretaria de Educação pra saber se tinha sido adiado, mas se ele podia remarcar a nossa ida lá enfim... [...] Ele não tinha entendido que o nosso trabalho fosse um trabalho perigoso, subversivo, etc. (ENTREVISTADA, 2018).

A Entrevistada (2018), retomou a ideia ao lembrar que “[...] as pessoas não viam nada daquilo como coisa subversiva. Elas viam como uma coisa muito boa que é alfabetizar o povo. Um método que funcionava, um método novo que envolvia toda a comunidade.” Tais comentários podem gerar alguns questionamentos aos quais não foi possível responder: as pessoas envolvidas diretamente na mobilização que iniciava tinham uma visão diferente das pessoas que “olhavam de fora” tal mobilização? Entre os que “olhavam de fora”, havia os que entendiam somente como uma prática alfabetizadora e, por isso, não viam tal ação como subversiva? Se este era o caso, os aspectos políticos da prática (como a reflexão crítica da realidade, a conscientização e a transformação de ações) poderiam não ter sido notados por todos? Tais aspectos eram realmente considerados para a prática?

Por outro lado, aqueles que tinham esses aspectos como norteadores dos círculos de cultura, pensavam em uma transformação social para a melhoria da qualidade de vida de todos ou somente visando alguns interesses de classes? Aqueles que viam tal ação como subversiva



temiam por mudanças na estrutura social vigente, como os conservadores? Outros visavam melhor qualidade de vida por meio das mudanças ou buscavam uma revolução social, na qual só seria realizada uma “transferência” de poderes, de saberes e de tomadas de decisões para outras mãos?

A Entrevistada (2018) deu indicativos para possíveis respostas a alguns destes questionamentos. Ela explica que “[...] tinha sido declarado que esse nosso trabalho era altamente subversivo. E de fato era né, por que a gente trabalhava com o povo, conscientizava as pessoas, tratava da politização, de discutir direitos”. (ENTREVISTADA, 2018). A partir disso, é possível pensar que as representações daqueles inseridos entre os grupos que estavam estudando e organizando as bases para o desenvolvimento dos círculos de cultura no Estado foram formuladas a partir dos aspectos políticos dos círculos de cultura, visando a transformação social. Porém, essa pode ter sido uma representação deste núcleo menor, que acabou sendo diferente daquela construída por muitos outros que observavam de fora esta mobilização, tal como o prefeito de Santa Rosa.

O próprio prefeito pareceu ser um exemplo dentre aqueles que desconheciam, não entendiam ou desconsideravam os elementos que caracterizavam os círculos de cultura como um movimento político. Por fim, outro núcleo, entre aqueles que tanto buscaram expurgar os círculos de cultura durante o regime civil-militar, entendia (a seu modo) tais aspectos políticos dessa prática alfabetizadora, mas era contrário à transformação que a reflexão nela realizada fomentava e buscou meios de encerrá-la, buscando ‘conservar’ sua posição social.

Assim, existiam diferentes visões acerca dos círculos de cultura, sendo, algumas delas: (i) a de algumas pessoas que entendiam o aspecto político da alfabetização como subversivo no sentido revolucionário, de propulsor de ações que poderiam levar à transformação social para uma melhoria das condições de vida da população em geral (especialmente os que estavam no núcleo do trabalho com os círculos de cultura); (ii) a de outras pessoas que também viam as mesmas características, mas as tomavam como ameaça à sua detenção de saberes e poderes; e (iii) aqueles que não conheciam a concepção de educação envolvida nos círculos de cultura e olhavam para a alfabetização como um fim em si mesmo, não como um meio para transformação.



A intenção do primeiro grupo era dar visibilidade aos excluídos, aos oprimidos, aos que não tinham voz. Seria uma revolução de pensamento, que passaria a ser mais crítico e que mudaria a realidade social por meio da busca por direitos mais igualitários, por meio da transformação de ações cotidianas que influíam na qualidade de vida, por meio da ocupação de espaços de poder por aqueles que não costumavam lá estar (que seria possível, por sua vez, pelo acesso ao saber a partir da alfabetização, mas, especialmente, da reflexão crítica sobre tais saberes e conhecimentos acessados). Porém, quando instaurado o regime civil-militar, a vontade do grupo conservador, elitista e opressor prevaleceu.

Com lançamento previsto para 13 de maio, o Programa Nacional de Alfabetização seria extinto em 14 de abril, treze dias depois do golpe militar. O novo governo aproveitou para fazer duras acusações ao trabalho que Paulo e sua equipe vinham desenvolvendo; apontaram o material didático produzido como contrário aos interesses da nação e acusaram seus autores de querer implantar o comunismo no país. Acabava ali o sonho de lançar 60870 Círculos de cultura para alfabetizar 1,8 milhão de pessoas ainda em 1964, 8,9% do total na faixa de quinze a 45 anos que não sabiam ler nem escrever. [...] Ao extinguir o Programa Nacional de Alfabetização os militares respondiam às pressões de parcela conservadora da sociedade brasileira que atacava e desqualificava o trabalho de Paulo Freire. (HADDAD, 2019, p. 14).

Ao fazer acusações e dizer que o trabalho que estava sendo realizado era contrário aos interesses da nação, na verdade, os “formadores de opinião”, aqueles que tinham voz, estavam dizendo – implícita e explicitamente – que tal ação era contra seus próprios interesses. Sem reflexão crítica sobre o que estava acontecendo e sem maiores possibilidades de obter informações e realizar uma construção de conhecimento consciente, o povo não teria como refutar esta ideia.

O mesmo autor comentou que “O golpe militar de abril de 1964 desarticulou um dos momentos mais criativos e efervescentes para a educação crítica e a cultura popular no país, mas o Método Paulo Freire e sua concepção de educação resistiriam por muitos anos em projetos na base da sociedade.” (HADDAD, 2019, p. 75). Encerrou-se boa parte das ações e daquilo que ocorria em grande escala, com grandes divulgações. Porém, o que foi realizado já estava intrínseco nas pessoas mais envolvidas e não foi simplesmente esquecido. Como comenta Andreola (1988), os ideais que acompanhavam Paulo Freire e os círculos de cultura já

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



havia sido semeados, gerando frutos nas pequenas ações das pessoas que haviam se envolvido com os círculos de cultura.

Lembro que a Entrevistada (2018) indicou entender que as pessoas não continuaram suas ações, de modo geral, por conta do medo, ao verem seus amigos e colegas sofrendo duras consequências da ditadura. Aquilo que estava sendo organizado acabou sendo desarticulado, interrompido e silenciado. Por outro lado, a Entrevistada (2018) também disse acreditar que todas as ações das pessoas envolvidas com movimentos populares no início dos anos 60 não poderiam deixar de continuar tendo, como pano de fundo, os mesmos ideais que os moveram antes do regime civil-militar. Esta ideia lembrou Freire (2005), quando o educador explicou que não há neutralidade em nossas ações, elas são, pelo contrário, sempre tomadas por nossos ideais. De modo semelhante, Zardin (1989, p. 42) apresentou a mesma ideia ao inferir:

Quando estourou a revolução de 64, eu tinha voltado para a escola; naquela época era professora primária, trabalhava com crianças somente. Eu continuei fazendo o trabalho e acreditando que alguma coisa teria que ser feita. Continuei, é claro, que com muito mais restrições, com muito menos articulações porque coletivamente as coisas realmente desapareceram.

Fagundes (1989, p. 105) também explicou: “Eu acho que fui forçado, até por necessidades vitais de sobrevivência, a silenciar, por uma série de razões, embora não abandone as ideias básicas que já me inspiravam, que já me faziam atuar de certa maneira.” E, por fim, Craidy (1968, p. 187) também expressou que “Mesmo após o Golpe, não paramos totalmente; continuamos a realizar alguns trabalhos, mais timidamente, mais cuidadosos.”

Assim, mesmo que ações públicas, coletivas e em grande escala tenham sido silenciadas, aquela concepção de educação, aquele pensamento acerca da cultura e da educação populares continuaram dando direcionamentos a pequenas ações das pessoas que participaram da efervescência de movimentos anteriores àquele março de 1964. Não se anunciava ou divulgava aquilo que estava sendo realizado, ou que dava as bases das ações das pessoas, mas as referências anteriores continuavam inspirando as novas práticas, de uma forma mais silenciosa.

Esta foi uma das práticas que iniciou, num momento brevemente anterior ao Regime Civil-Militar, visando ser um processo de democratização de saberes, em um momento de efervescência de movimentos populares e educacionais no Brasil. Estes movimentos marcaram



a vida nacional brasileira, ainda que tenham sofrido duras consequências quando do regime civil-militar e tenham sido silenciados durante aquele governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, como já mencionado, foi escrito a partir de uma pesquisa de doutorado já finalizada, que teve como objetivo analisar a mobilização para a realização dos círculos de cultura que ocorreram, também, no Rio Grande do Sul, mediados pela presença de Paulo Freire (e a partir dela) entre os anos de 1963 e 1964. A partir dessa pesquisa e seus indícios, foi possível notar que críticas acerca dos círculos de cultura foram exibidas, especialmente, quando do regime civil-militar. Sendo assim, neste texto, apresentei algumas fontes que teceram essas críticas e escrevi sobre os silenciamentos que tal regime causou nesta prática educativa.

Foi possível perceber que dificilmente a prática seguiu ocorrendo, após ser contestada logo no início da ditadura, tendo em vista as consequências para aqueles que estavam envolvidos. Ainda assim, também foi observado, especialmente a partir dos relatos orais, que aquelas pessoas que precisaram deixar de realizar práticas publicamente, também não deixaram de levar em consideração os pressupostos que haviam aprendido e se envolvido com tanta ênfase. Em suas práticas cotidianas esteve a continuidade (ainda que silenciosa) dos círculos de cultura ou, ao menos, de alguns de seus pressupostos que seguiam sendo referências para aqueles que puderam seguir atuando na educação e nos movimentos populares.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, Balduino Antonio. “Cultura e educação popular nos anos sessenta no Rio Grande do Sul”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 39-48, jul./dez. 1988. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/viewIssue/3063/329>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.



BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v.5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1963-1964.

CRAIDY, Carmen Maria. **O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, dez. 1989. Entrevista concedida à Balduino Antonio Andreola. In: ANDREOLA, Balduino Antonio. **O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul: história, influências e desdobramentos.** Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. [Texto cedido pelo autor].

ENTREVISTADA. **Entrevista oral sobre círculos de cultura.** Porto Alegre, 06 set. 2018. Entrevista concedida à pesquisadora.

FAGUNDES, Geraldo Meyer. **Os movimentos de cultura e educação popular dos anos 60: o Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, out. 1989. Entrevista concedida à Balduino Antonio Andreola. In: ANDREOLA, Balduino Antonio. **O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul: história, influências e desdobramentos.** Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. [Texto cedido pelo autor].

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. **40 horas de esperança: o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos.** São Paulo: Ática, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral.** 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história.** 1 ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. (org.). **Intelectuais**

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n.1, p. 1-20, e-rte331202464, 2024.



mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória:** reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HADDAD, Sérgio. **O educador:** Um perfil de Paulo Freire. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2019.

JORNAL DO DIA. Porto Alegre, 1963-1964. Disponível em:
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

NÓVOA, Antonio. Carta a um jovem historiador da educação. **Historia y Memoria de la Educación**, n. 1, 2015, p. 23-58. Disponível em:
<http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/viewFile/14111/12822>. Acesso em 20 jun. 2024.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista.** São Paulo: Graal, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. **História & história cultural.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ZARDIN, Ana Maria. **Entrevista oral sobre o Instituto de Cultura Popular do RS.** Porto Alegre, mai. 1989. Entrevista concedida à Balduino Antonio Andreola. In: ANDREOLA, Balduino Antonio. O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul: história, influências e desdobramentos. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. [Texto cedido pelo autor].



ⁱ A tese foi intitulada “Círculos de cultura no Rio Grande do Sul: um movimento de alfabetização realizado a partir de Paulo Freire (1963-1964)”, e defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul/RS.

ⁱⁱ A opção por utilizar o termo regime civil-militar se dá em função de que os estudos da historiografia mais recente trabalham tal termo por considerarem que a participação e o apoio civil foi central para a consolidação da ditadura.

ⁱⁱⁱ Vale informar que este movimento de alfabetização começou e se realizou - especialmente - por conta da participação popular, antes de se tornar alvo de interesse de governos estaduais e federal, quando tornou-se parte do Programa Nacional de Alfabetização. Tendo isso em vista, utilizo o termo *movimento* de alfabetização, quando o abordo de forma geral e “Programa Nacional de Alfabetização” quando for me referir à organização ligada ao governo, tendo em vista que este foi iniciado após decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964.

^{iv} Estas vertentes são expressas ao longo do texto.

^v Utilizo uma linguagem genérica pois não tive acesso a cada pessoa especificamente, para citar nomes. Mas, a partir das fontes, é possível inferir que existiram grupos com visões e ações diferentes (expressas ao longo do texto) sobre a realização dos círculos de cultura.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul - Professora da Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul/RS. <https://orcid.org/0000-0003-4926-6320>. E-mail: mpbrandalise@ucs.br.

Submetido em: junho de 2024.

Aprovado em: outubro de 2024.

Publicado em: novembro de 2024.